

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS CASOS DE SÍFILIS CONGÊNITA NO RIO GRANDE DO SUL NO ANO DE 2023



ANTÔNIO L. PACHECO¹; CLARA R. LOEFFLER¹;
EDUARDA JOVIGELEVICIUS¹; KAROLINE R. BRAMBATTI¹

¹Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) - Canoas/RS
E-mail: antoniolealpacheco@rede.ulbra.br



1. INTRODUÇÃO

A sífilis congênita é uma doença prevalente no Estado e com potencial de sequelas graves se não tratada adequadamente. A doença pode ser evitada se a sífilis materna for identificada e tratada durante o pré-natal.

2. OBJETIVOS

Analisar o perfil epidemiológico da sífilis congênita no Rio Grande do Sul no ano de 2023.

3. METODOLOGIA

Estudo epidemiológico transversal descritivo a partir dos dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) no ano de 2023. As variáveis estudadas foram sífilis congênita, tratamento do parceiro, realização de pré-natal, ano, município, macrorregião e sífilis materna.

4. RESULTADOS

Dos 886 casos de sífilis congênita confirmados no Estado, 53,72% estão concentrados na região metropolitana de Porto Alegre. A Capital possui o maior número de casos (17,83%). Em relação ao ano anterior (2022), houve uma redução de 55,1% no número de novos casos. 27,76% dos parceiros

de gestantes diagnosticadas com a doença realizaram tratamento para a patologia. 85,66% das mães de crianças diagnosticadas com sífilis congênita realizaram pré-natal, enquanto nos dois anos anteriores o número foi de 82,86% (2022) e 80,52% (2021). Foi registrado que 0,6% dos pacientes diagnosticados com a doença tiveram como desfecho óbito por sífilis congênita.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que, em relação ao ano de 2022, houve uma queda significativa no número de casos confirmados de sífilis congênita no Estado, no entanto, devido à gravidade da doença, é essencial que nos próximos anos a incidência siga diminuindo. É vital que as gestantes estejam cientes da importância de realizar o pré-natal para garantir que, se presente, a sífilis seja tratada adequadamente. Também é necessário que haja maior aderência dos parceiros à realização da antibioticoterapia para evitar a reinfecção da mãe, uma vez que menos de um terço dos parceiros foram tratados no ano em questão.